



CLIPPING



04 DE
AGOSTO 2021

Entenda os precatórios e as suas consequências

O rápido crescimento da despesa com precatórios, valores devidos a empresas e pessoas físicas pela União após sentença definitiva na Justiça, está no centro de um novo impasse no governo desde a semana passada, quando o ministro da Economia, Paulo Guedes, classificou o problema como um “meteoro” que vem de outros poderes. Com pagamento obrigatório, os débitos são quitados anualmente pela União, de forma escalonada. As informações foram divulgadas pelo Estadão.

Para evitar um impacto muito forte no Orçamento, o governo agora considera parcelar o pagamento dos valores, segundo apurou o Estadão/Broadcast. Uma das medidas em estudo pela equipe econômica envolveria honrar de imediato apenas os pagamentos de até R\$ 66 mil. Para valores entre R\$ 66 mil e R\$ 66 milhões, a proposta é parcelar o pagamento em dez anos até 2029, enquanto para os débitos superiores a R\$ 66 milhões, a regra de pagamento em prestações seria permanente.

A medida, no entanto, pode encontrar resistências. Segundo o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a alteração na regra é uma tentativa de institucionalização do “calote” para fins eleitoreiros.

Pagamento precisa entrar anualmente no orçamento

OQUESÃO?

“É a forma utilizada pelo ente público para pagar os seus débitos”, explica o professor convidado da FGV Direito Rio Gabriel Quintanilha. O governo precisa pagar precatórios quando, passadas todas as etapas do processo judicial, o ganho de causa da pessoa física ou jurídica é confirmado pela Justiça. A ação movida pode ser contra cobrança indevida de impostos, salários de servidores públicos atrasados ou ainda no caso de reparações, por exemplo.

VALOR DEVIDO

Não. As dívidas de pequeno valor, abaixo de sessenta salários mínimos, são chamadas de Requisições de Pequeno Valor, ou RPV, como explica Quintanilha. Nesse caso, após o pagamento ser protocolado, o ente público tem um tempo menor que o dos precatórios para quitar a dívida. No caso da União, esse tempo de espera é de sessenta dias.

PRAZO

Se a expedição de pagamento do precatório, após a emissão do ofício requisitório do juiz, se der até o dia 1.º de julho do ano corrente, o pagamento irá ocorrer até 31 de dezembro do ano seguinte, de

forma escalonada. Por exemplo, se o pedido de pagamento foi expedido até 30 de junho de 2020, ele será pago até o dia 31 de dezembro deste ano.

O Ministério da Economia terá de reservar R\$ 89 bilhões para quitar precatórios em 2022.

CONSEQUÊNCIAS

O pagamento dos valores precisa entrar anualmente no Orçamento do governo federal, que irá reservar uma parcela específica para quitar essas dívidas. O tamanho do gasto com esses débitos costuma ser observado com atenção, já que representa uma parcela que não poderá ser gasta com outras despesas discricionárias (nome utilizado para os gastos não obrigatórios), como obras, por exemplo. Segundo o economista Fabio Giambiagi, o impacto dos precatórios nas contas públicas é “crescente e preocupante”. Ele aponta que, “sem contar o componente de pessoal e de benefícios previdenciários, é uma conta que era de R\$ 2 bilhões em 2011 e foi de R\$ 23 bilhões no ano passado.” Para o ano que vem, o Judiciário já informou ao Ministério da Economia que R\$ 89 bilhões deverão ser reservados no

Orçamento para quitar os precatórios. A pasta previa um gasto de R\$ 56 bilhões, segundo apurou o Estadão/Broadcast.

PORQUÊ SUBIRAM?

Segundo Quintanilha, da FGV, apesar dos vários fatores que podem explicar o crescimento, a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de retirar o ICMS da base de cálculo do PIS e Cofins colaborou para a explosão do valor dos precatórios neste ano. “Temos uma base de 42 grandes empresas entrando com ações para conseguir o ressarcimento desses valores”, diz o professor. “O ministro Paulo Guedes está certo quando diz que os valores estão subindo muito, porque de fato estão, mas é preciso analisar o fundamento, que em grande parte é a cobrança indevida de impostos pelo governo”, analisa. Giambiagi também vê o excesso de judicialização no Brasil como um dos fatores que explicam a explosão no crescimento dessa dívida. “(O pagamento de precatórios) corresponde a um processo de reconhecimento de direitos do cidadão, mas creio que é natural concluir que começa a haver certos excessos”, diz.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Cláudio Humberto

Com André Brito e Tiago Vasconcelos www.diariodopoder.com.br

Pensando bem...
...se os precatórios poder
ser parcelados em dez
anos, o mesmo deveria ser
permitido no pagamento
de impostos.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

**RD REPÓRTER
DIÁRIO**

O Ministério Público está realizando a campanha “Justiça começa pela vítima”, com o objetivo de conscientizar pessoas que sofreram algum tipo de violência acerca de seus direitos e a quais órgãos devem recorrer. Em 2020, segundo o 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgado no Fórum Brasileiro de Segurança Pública, foram registradas 29,1 mil tentativas de homicídio no país, 532.363 casos de lesão corporal dolosa. Além disso, segundo a mesma pesquisa, no ano passado ocorreram 519.568 roubos a transeuntes, 32.288 roubos a residências e 46.588 roubos a estabelecimentos comerciais.

MINISTRA

A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), vai discorrer sobre Neoconstitucionalismo na aula inaugural do semestre de Direito da Faculdade Carajás, dia 20 de agosto, às 19h30 (via youtube.com/carajasedu). Fundado em 2015, o curso de Direito da Faculdade Carajás, sediada em Marabá, teve pontuação acima da média estadual no exame da OAB. Na primeira fase, a faculdade registrou rendimento de 24,14, enquanto a nota geral do Estado foi de 21,66. A faculdade já formou cerca de 200 profissionais em cinco turmas de graduação.

INQUÉRITO

O Ministério Público do Estado (MPPA), por meio da Promotoria de Justiça de Terra Santa, abriu inquérito contra a Prefeitura de Oriximiná para apurar a contratação irregular de empresa para fazer serviços de táxi aéreo, transporte aeromédico e outros, sem autorização da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). O prefeito William Fonseca (PRTB) autorizou a contratação sem licitação, através do Fundo Municipal de Saúde. A iniciativa custou aos cofres públicos R\$ 1.925.000,00 por um contrato de três meses, de 20 de janeiro a 5 de abril deste ano.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

FRAUDE

Noutra frente, o MPPA apura fraude na licitação para compra de uma usina de oxigênio medicinal usado no tratamento contra covid-19, ordenada também pelo prefeito William Fonseca. Conforme denúncia feita ao MPPA por José Maria Calderaro Filho, houve direcionamento por parte do prefeito para que a empresa Luk Indústria e Comércio de Usinas Geradoras de Oxigênio, do estado do Paraná, ganhasse a licitação. O valor pago pela Prefeitura de Oriximiná pela usina foi de R\$ 1.513.993,00, acima do valor fechado em contrato, R\$ 1.503.320,00.

A Justiça anulou o concurso público realizado pela prefeitura de Jacareacanga em 2016 por “explícita violação da Lei de Responsabilidade Fiscal”. A Fadesp, realizadora do certame, vai ter de devolver, com correção monetária, as taxas de inscrições aos participantes.

PARÁ

Perícia ambiental é decisiva na investigação de crimes contra a natureza e os animais

E contribui para apurar responsabilidades de exploradores ilegais de madeira



O Liberal

04.08.21 11h41

As perícias do Núcleo de Crime Ambiental, vinculado ao Centro de Perícias Científicas Renato Chaves (NCA/CPCRC), são fundamentais nas ocorrências investigadas pela Divisão Especializada em Meio Ambiente e Proteção Animal (Demapa), da Polícia Civil, e por outros órgãos. A contribuição da perícia ambiental tem se mostrado decisiva, por exemplo, na apuração da responsabilidade dos investigados pela Operação Amazônia Viva, realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas), que mira nos exploradores ilegais de terras.

Além disso, o NCA mantém equipe para perícias de denúncias de crimes contra animais, como a Operação Pet, coordenada pela Demapa, em que mostram a relevância do setor para a Justiça. Recentemente, a direção do Centro de Perícias adquiriu "sonômetros", aparelhos de fabricação polonesa que tornarão mais efetivas as autuações relacionadas a casos de poluição sonora, já que seguem as novas normas da legislação.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Perícia tem atuação crucial para qualificação do crime

Gerente do Núcleo, Enaldo Ferreira disse que, atualmente, 15 profissionais, entre engenheiros agrônomos, florestais, químicos e sanitários, além de geólogos e veterinários, fazem parte dessa divisão criada em 2006, a partir de uma reformulação da legislação. "A maior parte das demandas recebidas vem do Ministério Público e de delegacias de Polícia, principalmente de delegacias especializadas. Em julho tivemos muitos chamados relacionados a demandas de poluição sonora, já que agora contamos com equipamentos mais apurados", afirmou.

A equipe vai ao local das denúncias fazer a perícia, já que 99% das solicitações são relacionadas a demandas externas, que podem ser de desmatamento, queimada, extração de madeira ou caminhão apreendido com toras, maus-tratos aos animais, poluição hídrica e do ar. "É uma atuação crucial para qualificação do crime, quando constatado, já que toda denúncia precisa de materialidade para sua comprovação. Então, podemos ter crime contra a flora, fauna, poluição hídrica, sonora e do ar", acrescentou o gerente.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

INVESTIGAÇÃO

MPPA dá dez dias para Polícia Civil instaurar inquérito para apurar mortes em tentativa de assalto em Belém

🕒 04 AGO 2021 - 09H11 | ATUALIZADO 04 AGO 2021 - 09H34 | POR WESLEY COSTA RABELO | [Compartilhar](#) 4     

O Ministério Público do Pará através do 2º Promotor de Justiça de Controle Externo da Atividade Policial, Luiz Márcio Teixeira Cypriano, abriu procedimento e oficiou à Corregedoria-Geral de Polícia Civil, para sejam prestadas informações se existe procedimento criminal e administrativo instaurado, para apurar as mortes em uma tentativa de assalto no Hospital Ophir Loyola, no bairro de Nazaré, em Belém.

Caso ainda não tenha sido instaurado, requisita que seja feita a instauração na área criminal e administrativa, para apurar a responsabilidade pelos atos praticados pela PC, devendo em qualquer caso, prestar informações no prazo de 10 dias contados do recebimento do ofício.

Entenda o caso

Um tiroteio entre a Polícia Civil e assaltantes assustou moradores do centro de Belém na última quinta-feira, 29 de julho. Durante a ação, três criminosos morreram e um policial civil foi baleado.

Segundo a Polícia Civil, os assaltantes estavam divididos em dois carros, policiais interceptaram o veículo em que os criminosos estavam, iniciando uma intensa troca de tiros no local.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Menino de 11 anos é apreendido com pochete 'recheada' de drogas em Santarém

🕒 04 AGO 2021 - 11H33 | ATUALIZADO 04 AGO 2021 - 11H34 | [Compartilhar](#) 3     

Uma criança de apenas 11 anos foi detida e encaminhada até a 16ª Seccional de Polícia Civil de Santarém, na região oeste do Pará, na tarde de terça-feira, 3. A criança foi flagrada com uma pochete recheada de porções de droga, ao descer de um ônibus na vila balneária de Alter do Chão.

O menino tentou acusar uma jovem de 20 anos, identificada como Tatiane Nogueira Castro, que também havia descido do coletivo, no mesmo ponto em que ele foi abordado. A jovem negou ter qualquer tipo de envolvimento no crime, mas foi conduzida à seccional junto com o menino para a delegacia.

Segundo a Polícia Civil, na delegacia foi comprovado que a jovem não tinha nada a ver com o menino e nem com a droga encontrada com ele. No celular do menino, mensagens sobre comércio de drogas comprovaram a ligação dele com o tráfico de drogas.

O caso foi encaminhado ao Juizado da Infância e Juventude para que a justiça decida o destino da criança. Para não deixá-lo na delegacia, a polícia acionou o Conselho Tutelar e uma conselheira o conduziu ao abrigo municipal.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br